

Orçamento da União provoca guerra surda no Congresso

Celson Franco

BRASÍLIA — Enquanto o escândalo da Previdência Social prende a atenção da opinião pública, no Congresso Nacional deputados e senadores se envolvem numa guerra surda — “uma verdadeira guerra de foice”, na definição do deputado José Genoíno (PT-SP) — para integrar a Comissão Mista de Orçamento, a mais cobiçada do Legislativo, que de agora até o final do ano discute como e onde o governo federal deve gastar seus recursos em 92. Com a nova Constituição, a comissão ganhou competência para mexer no orçamento da União, e seus integrantes têm poder de manipular verbas da ordem de 1,2 bilhão de dólares, cerca de 3% do orçamento global, de acordo com cálculos do deputado César Maia (PDT-RJ).

Esse privilégio tem feito com que seus componentes sejam conhecidos no Congresso como “homens de ouro”, e provocado nos últimos dias uma corrida alucinada de parlamentares às lideranças partidárias, responsáveis pelas indicações. O deputado Jutahy Júnior (PMDB-BA) ilustra o interesse de seus colegas, com uma acusação, que diz ter como provar: “No ano passado, o João Alves (PFL-BA) — relator da comissão — levou para municípios da Bahia, em convênios com as prefeituras, cerca de 10 milhões de dólares.”

“Empreiteiras, fora!” — Na próxima semana, deverá ser discutido e votado um projeto de resolução proposto para aumentar o número dos titulares da comissão, de 84 para 121. A proposta inclui aumentar os 30 suplentes também para 121, o que somaria 242 parlamentares na Comissão de Orçamento. “Seria melhor que todos os 503 deputados e 81 senadores pudessem participar”, argumenta o líder do PMDB, Gnebaldo Correia (BA), que não sabe mais o que fazer para segurar a pressão dos pretendentes e, ainda, dos padrinhos dos candidatos. O lobby mais forte, segundo o líder do PDT na Câmara, Vivaldo Barbosa, é o das empreiteiras, das grandes construtoras. “As empreiteiras ficam rodando a comissão, como abutres sobrevoando a carniça”, reclama Vivaldo. Os representantes do partido na comissão já têm uma palavra de ordem: “Empreiteiras, fora!”

Os governadores também cuidam de colocar seus representantes no grupo que mexe com o dinheiro da União. Semana passada, o governador de Roraima, Ottomar Pinto, telefonou para o líder do PTB, Gastone Righi, pedindo a indicação de um deputado de seu estado. Diante do grande número de pretendentes, Gastone preferiu abdicar da sua prerrogativa, e escapou do problema fazendo uma eleição na bancada. O deputado Francisco Rodrigues (PTB-RR) foi o mais votado. Foram eleitos ainda José Elias (MS), apadrinhado pelo governador Pedro Pedrossian, Carlos Kayath (PA) e Félix Mendonça (BA), este ligado ao governador Antônio Carlos Magalhães. “Ganhou quem tinha que ganhar”, resumiu o petebista.

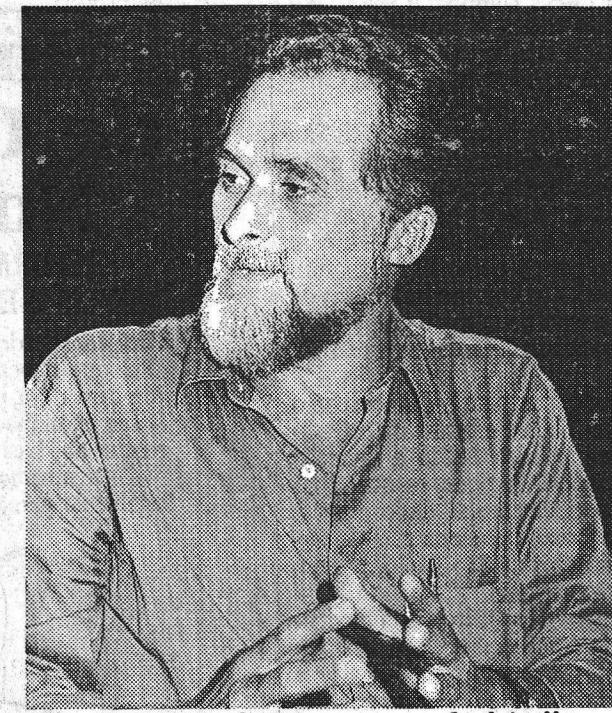
Rodízio — Para resolver o problema da disputa, foi estabelecido um sistema de rodízio entre Câmara e Senado. A presidência da Comissão de Orçamento, instalada em 1989, foi exercida desde então pelo deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), que deverá ceder o

José Varela — 10/2/87



Vivaldo: falta discussão das prioridades

José Carlos Brasil — 6/3/90



Genoíno: “Verdadeira guerra de foice”

lugar a um senador de seu partido. O acerto para a mudança foi feito na casa do presidente do Congresso, Mauro Benedito (PMDB-CE), com as presenças do líder do partido no Senado, Humberto Lucena (PB), do líder na Câmara, Gnebaldo Correia, e do presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro (RS). Três candidatos disputam o cargo: Mansueto de Lavor (PE), que conta com o apoio dos senadores Ney Maranhão (PRN-PE), Ronaldo Aragão (PMDB-RO) e Pedro Simon (PMDB-RS). Pelo acordo, o relator será um deputado do PFL. O rodízio vale por um ano. Em 1992, a presidência volta para a Câmara, e a relatoria passa para o Senado.

O projeto propõe ainda a substituição de um terço da comissão a cada ano. O problema é que quem está dentro não quer sair e quem está fora quer entrar. Em tese, a comissão criada em 89 não existe mais. Só em tese. O deputado José Luiz Maia (PDS-PI), 3º vice-presidente na comissão anterior, e os deputados que já pertenciam à comissão devem permanecer. “Os pretendentes entrarão no lugar dos não reeleitos e nas vagas a serem criadas”, diz Maia. Defende também a tese de que o partido deve manter dois ou três membros permanentes, enquanto os outros fariam rodízio. Dos pedessistas que integravam a comissão (cinco), apenas José Luiz Maia e Roberto Campos (RJ) foram reeleitos em 3 de outubro. Maia é tido com um dos donos da Comissão de Orçamento.

Máfia — “Essa corrida à Comissão de Orçamento mostra que alguma coisa está errada. A comissão é utilizada por um pequeno grupo, que a controla na busca da pulverização de verbas, no intuito de favorecer, desde interesses meramente eleitoreiros a lobbies facilmente identificáveis, em detrimento do interesse nacional”, analisa o deputado Jutahy Júnior, da Bahia, com apoio do líder do PT: “Só com vigilância e rodízio é possível acabar com a máfia que se instalou lá dentro”, afirma José Genoíno. O PT decidiu que nenhum dos seus deputados vai apresentar emendas pessoais: “As emendas serão discutidas na bancada e chegarão lá como emendas do partido”, ressaltou o

líder do PT, que indicou os deputados Aluizio Mercadante (SP), José Dirceu (SP), Eduardo Jorge (SP) e João Paulo (MG) para representá-lo.

O líder do PDT, Vivaldo Barbosa, afirma que “se a Comissão de Orçamento continuar com as mesmas práticas, os nossos representantes vão se retirar e denunciar à nação tudo que ocorre lá dentro”. E cita as práticas, que condena: “Barganhas, com um aprovando projetos do outro; falta de discussão das prioridades orçamentárias, ficando o Congresso restrito ao toma-lá-dá-cá; e o lobby das empreiteiras”. O deputado Antônio Brito, autor de várias propostas para ampliar o processo de discussão e decisão dentro da Comissão de Orçamento, argumenta que somente o rodízio, associado à preocupação de discutir a política, as prioridades orçamentárias, pode resolver o problema. Lembra que durante 20 anos a burocracia estatal do regime militar fez o orçamento, subordinando a ela empresários e políticos. E ressalta que a Constituinte trouxe o processo para o Legislativo, “mas para abri-lo e não para trocar o processo fechado da Esplanada pelo processo fechado do Congresso”, reclama.

O líder do bloco governista no Senado, Marco Maciel, também concorda que é preciso modificar a Comissão de Orçamento: “Essa é uma questão dramática, porque o orçamento mexe com muitos interesses”, frisou, antes de observar que “é preciso redefinir o papel da Comissão de Orçamento, encontrando regras que melhor compatibilizem os interesses em jogo”. De acordo com Maciel, “é necessário estabelecer um sistema que permita maior participação dos parlamentares, para que a questão não seja definida apenas por um pequeno grupo”.

O deputado César Maia discorda, lembrando que todos os 503 deputados e 81 senadores podem apresentar emendas à comissão. “É ilusão de ótica de quem está de fora pensar que quem está dentro da comissão tem mais facilidade para colocar coisas no orçamento”, diz, para notar em seguida que a comissão não pode mexer em pessoal, no serviço da dívida, nas receitas e nas transferências constitucionais. Sobrariam para o Congresso investimentos, outros custos e programas sociais, como o programa do leite, do combate à cólera etc. “O Congresso só mexe na margem”, afirma.